

«O ACONSELHAMENTO JURÍDICO É ESSENCIAL»

Num contexto empresarial e social em constante mudança, falamos com José Luís Moreira da Silva, Presidente do Conselho Diretivo da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal (ASAP) e também Sócio da SRS Legal, por forma a conhecer melhor a advocacia em Portugal, as oportunidades, os desafios, e o papel ativo que estão a ter e a importância do aconselhamento jurídico atualmente.

por **André Manuel Mendes**

Vivemos um período marcado por grandes desafios, no contexto socioeconómico mais conturbado da última década, e onde todos os sectores de atividade são colocados à prova e são chamados a ter um papel ativo neste processo de transformação e adaptação.

Um dos sectores que tem contribuído para apoiar esta adaptação por parte das empresas e da sociedade em geral é o da advocacia, que tem sido visto como pedra basilar no aconselhamento e resolução de diversas problemáticas associadas à crise económica que o mundo atravessa.

Em mensagem aos associados, José Luís Moreira da Silva sublinhou que “é tempo de retomar e tentar melhorar o caminho antes trilhado e assumir a liderança da discussão e defesa dos grandes temas que as sociedades de advogados necessitam de ver discutidos, assumindo um papel fundamental de esclarecimento e de divulgação do trabalho feito pelas sociedades de advogados junto da opinião pública, destruindo ideias feitas e preconceituosas”.

Qual a missão e o trabalho desenvolvido pela Associação de Sociedades de Advogados de Portugal?

A ASAP tem assumido, ao longo dos 20 anos que leva de vida, a missão de auxiliar ao desenvolvimento das sociedades

de advogados, e nos últimos tempos também a sua defesa. Para isso, aprovou um Código Deontológico e realiza anualmente Encontros Anuais onde debate o futuro da advocacia societária, novas formas de trabalhar, novos edifícios, novas tecnologias, regime fiscal, a internacionalização, o relacionamento com entidades públicas, entre outros.

Realizamos regularmente um grande Inquérito às Sociedades de Advogados, realizado por uma entidade independente, sobre a realidade da advocacia societária em Portugal, já na sua 3.ª edição.

Teve a oportunidade no ano passado de publicar um caderno dos 20 Anos da ASAP, com depoimentos de 20 personalidades da advocacia societária, especialmente dos seus pioneiros, lembrando como se fizeram as grandes sociedades hoje existentes.

Ainda no âmbito das Comemorações dos seus 20 anos, a ASAP atribuiu 10 Prémios de Carreira na Advocacia Societária a outros tantos Senadores da nossa advocacia, Agostinho Pereira de Miranda, Augusto Aguiar Branco, Daniel Proença de Carvalho, João Nuno Azevedo Neves, Jorge de Abreu, José Manuel Galvão Teles, José Manuel Sérvulo Correia, José Miguel Júdice, Luís Sáragga Leal e Vasco Vieira de Almeida, personalidades que marcaram e marcam o nascimento e a brilhante evolução das sociedades de advogados em Portugal.

Temos também sido parceiros junto da Assembleia da República e da Ordem dos Advogados para a reforma da legislação referente à advocacia.

Qual o retrato que faz actualmente do sector em Portugal e quais os principais desafios?

O sector da advocacia societária está forte e capaz de aconselhar todos os que necessitam de apoio jurídico nos seus investimentos e nos seus litígios, tem mesmo evoluído em linha com as tendências mais modernas do mundo, sabendo integrar novas formas de trabalho e novas tecnologias.

Não fica atrás das maiores sociedades anglo-saxónicas ou globais, tendo também sabido exportar os seus serviços para outros países, designadamente os de expressão portuguesa.

Tem também enormes desafios, que são todos aqueles que enfrentam as empresas hoje no mundo: desafios tecnológicos, de retenção de talentos, entre outros. Mas, em Portugal, enfrentam-se hoje mais alguns desafios, como os de mudanças do regime fiscal, das sociedades multidisciplinares, do regime de segurança social, e outros vários.

O futuro pode ser entusiasmante e veem-se aparecer sempre novas sociedades, a par do crescimento das já existentes.

Qual o impacto que o cenário económico e geopolítico actual está a ter no sector da advocacia? Quais as áreas mais afectadas?

O impacto é igual que em todos os restantes sectores da sociedade. As sociedades de advogados tiveram de se adaptar à pandemia e ao desafio da inflação e da guerra, à nova ordem mundial, com menos globalização, aos receios do investidor e a uma



“

O futuro pode ser entusiasmante e veem-se aparecer sempre novas sociedades

maior litigância e a uma permanente necessidade de estar a par com mundo e o futuro.

As incertezas atuais sobre o futuro têm posto pressão sobre grandes investimentos, sobre fusões e aquisições societárias. Esta incerteza tornou o mundo mais litigante e a necessitar de permanentes atenções à força de trabalho e ao financiamento da sua actividade.

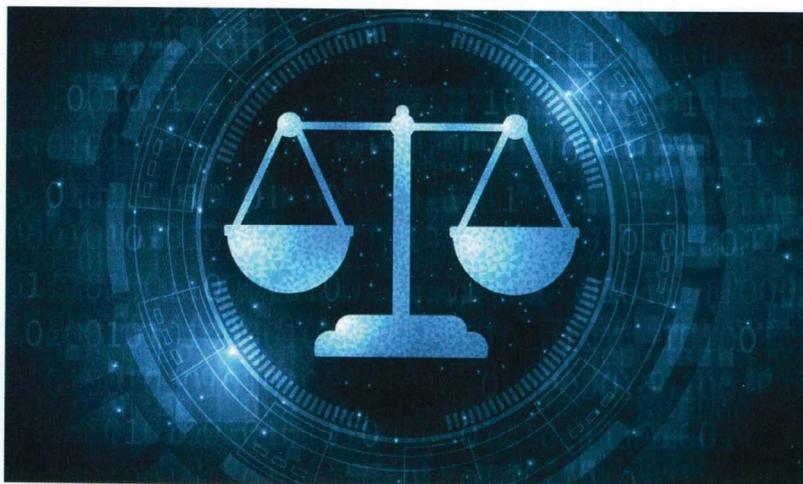
Se alguma coisa as incertezas atuais do mundo trouxeram, foi a demonstração evidente que o aconselhamento jurídico é essencial, não se

podendo investir sem um bom apoio de advogados.

Longe vão os tempos em que só se chamavam os advogados para resolver conflitos, hoje é evidente que prevenir conflitos é essencial para o sucesso de qualquer investimento.

Quais as principais dificuldades das empresas portuguesas e em que áreas mais recorrem a apoio jurídico?

As empresas portuguesas não são exceção. Cada vez mais recorrem ao apoio jurídico preventivo e pedem



conselhos antes de iniciarem qualquer investimento. Societário, ambiental, laboral, fiscal, resolução de litígios, estão sempre presentes.

Desde o início da pandemia que o paradigma do mundo do trabalho e da sociedade se alterou. Quais as principais alterações que se verificam e permanecem, tanto do lado dos advogados como dos clientes?

Existe hoje uma nova forma de encarar a relação de trabalho. O home office veio para ficar. Qualquer sociedade de advogados tem um programa que permite o home office, em simultâneo com o trabalho no escritório. Os novos escritórios já espelham essa situação.

A tecnologia é outro dos novos paradigmas. A pandemia forçou a uma aceleração da digitalização no mundo empresarial e cada vez são mais utilizadas novas ferramentas, estando a Inteligência Artificial também a entrar rapidamente no mundo da advocacia.

A interação entre a advocacia e os clientes é hoje muito mais digital também, exigindo um relacionamento muito mais próximo entre ambos. **Nos últimos 3 anos também assistimos um rápido acelerar da**

transformação digital. Como analisa a adoção de novas tecnologias por parte das sociedades de advogados e de que forma têm potenciado os negócios?

É impossível pensar na advocacia hoje sem digitalização. É uma exigência do mundo moderno.

O problema ainda é o seu custo. Para se estar a par com as mais recentes ferramentas que em muito ajudam o nosso trabalho, chega-se a gastar algumas centenas de milhares de euros, o que é só acessível ainda a poucos. Este paradigma vai alterar-se e a democratização do acesso às novas tecnologias não vai tardar a chegar, estou confiante.

Algo que antes demorava meses a fazer, hoje é feito em poucos segundos, permitindo economias enormes ao cliente e uma certeza muito maior. A contrapartida de tudo isto é a necessidade de criar regras seguras de utilização do digital, evitando ciberataques e intrusões em dados confidenciais dos clientes. Aqui também o investimento é fundamental.

Um dos problemas que vários setores enfrentam é o da escassez de talento. Assiste-se a esta realidade no setor da advocacia? O que podem as empresas fazer para reter o melhor talento?

Todas as sociedades de advogados lutam para encontrar e reter os melhores. O conjunto de fringe benefits atribuídos tem vindo a aumentar cada vez mais. Não se trata de pagar mais, mas de saber o que os novos talentos apreciam no conjunto das condições de trabalho. Aqui o ESG e a formação têm uma parte relevante.

Os advogados, mesmo integrados em sociedades, são sempre profissionais liberais, tecnicamente autónomos, que almejam o melhor ambiente para se desenvolverem e poderem prestar um melhor serviço ao cliente.

Não é só ter um bom escritório, com refeitórios e tecnologia, mas também impacta a política de responsabilidade social e a governance.

Tudo tem o seu papel hoje na retenção de talento e vemos isso acontecer.

O que caracteriza um bom advogado e uma boa sociedade de advogados?

Obviamente é prestar um excelente aconselhamento jurídico ao seu cliente. É esse sempre o objetivo último. É isso que levou, aliás, ao nascimento das sociedades de advogados, com uma forma de prestar um melhor apoio ao cliente, dada a crescente especialização jurídica e à impossibilidade de conseguir apoiar um cliente 24 horas por dia, 365 dias por ano. Só em conjunto, é possível esse apoio. Como só em conjunto é possível reter os melhores e realizar os investimentos necessários nos dias de hoje.

Há excelentes advogados em sociedades e em prática individual, há sempre lugar para todos, os clientes também não querem nem necessitam todos do mesmo, mas em sociedade há mais apoio para o exercício da nossa exigente profissão.

Quais as previsões para o sector para o ano de 2023?

É um ano difícil, em que não é possível prever com muito tempo de antecedência o que vai suceder, como a situação geopolítica internacional e a económica vão evoluir. É preciso por isso ser flexível e adaptável. Pode ser um grande ano, esperemos que assim seja. É a nossa esperança, com o fim da guerra e com melhores condições de vida para todos.

As sociedades de advogados cá estarão para apoiar todos os que necessitam de apoio jurídico. E a ASAP cá estará para apoiar as sociedades de advogados. ●



**// 16 ENTREVISTA****«O aconselhamento jurídico é essencial»**

Num contexto empresarial e social em constante mudança, falamos com José Luís Moreira da Silva, Presidente do Conselho Diretivo da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal (ASAP) por forma a conhecer melhor a advocacia em Portugal